

TESE DE MESTRADO EM "ECOLOGIA HUMANA"

de

MARIA ALICE CHICHORRO DE MEDEIROS DA SILVA TORRES

**ANÁLISE ECOLÓGICA DO PROCESSO DE DESPOVOAMENTO
DA "ZONA DO PINHAL"**

O CASO PARTICULAR DO CONCELHO DE OLEIROS



61987

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1994

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor J. M. Nazareth, que orientou o meu trabalho, pelo auxílio que me prestou

Ao Professor Doutor Cruz Carvalho, pelo acompanhamento durante a parte escolar e por se encontrar sempre disponível para ajudar

Ao Professor Doutor João Bernardo pela disponibilidade para esclarecer e atender os alunos que manifestou

Ao Senhor José dos Santos Marques, presidente da Câmara Municipal de Oleiros, pela facilidades que concedeu na consulta do Plano Director Municipal

Ao José Henriques pelas maçadas que teve para me ajudar

À Luísa pela ajuda e esclarecimentos que me prestou

Às pessoas que nas várias bibliotecas e serviços me ajudaram na recolha de informação

A todos os que me acompanharam, e em especial ao Miguel pela sua ajuda imprescindível

Finalmente, devo referir que durante a parte escolar do curso usufrui de uma bolsa de estudo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, no âmbito do Programa Ciência.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
------------	---

PARTE I

CAPÍTULO 1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA “ZONA DO PINHAL” E DO CONCELHO DE OLEIROS	8
1.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA “ZONA DO PINHAL”	
1.1.1	Localização e Área	8
1.1.2	Topografia	10
1.1.3	Hidrografia	11
1.1.4	Pedologia	12
1.1.5	Cobertura Florestal	13
1.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CONCELHO DE OLEIROS	
1.2.1	Localização e Área	21
1.2.2	Topografia	22
1.2.3	Hidrografia	23
1.2.4	Pedologia	23
1.2.5	Cobertura Florestal	24
1.3	CONCLUSÕES	27
CAPÍTULO 2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA “ZONA DO PINHAL” E DO CONCELHO OLEIROS	29
2.1	EVOLUÇÃO DO VOLUME E DA DENSIDADE DA POPULAÇÃO DA “ZONA DO PINHAL”	29

2.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO CONCELHO DE OLEIROS	
2.2.1	Volume e Densidade Populacional	40
2.2.2	Grupos Funcionais e Índices-Resumo	41
2.2.3	Ritmo de Crescimento da População	42
2.3	CONCLUSÕES	50
<u>PARTE II</u>		
CAPÍTULO 3	ANÁLISE DOS PLANOS ORIENTADORES DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	53
3.1	O PROBLEMA DO DESPOVOAMENTO NOS PLANOS ORIENTADORES DO DESENVOLVIMENTO	
3.1.1	O Despovoamento no Programa Operacional do Pinhal Interior	54
3.1.2	O Despovoamento no Plano Director Municipal de Oleiros	58
3.2	PAPEL ATRIBUÍDO À FLORESTA NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	
3.2.1	Papel Atribuído à Floresta no Programa Operacional do Pinhal Interior	64
3.2.2	Papel Atribuído à Floresta no Plano Director Municipal	65
3.3	CONCLUSÕES	69
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

INTRODUÇÃO

Neste trabalho é abordada a questão do despovoamento do concelho de Oleiros, no contexto da região em que se encontra inserido, a "Zona do Pinhal".

A "Zona do Pinhal" tem sofrido nas últimas décadas um processo de desertificação humana, tendo ocorrido, paralelamente, o abandono e a destruição de um dos seus recursos mais importantes - a floresta.

O despovoamento e a destruição da floresta são problemas que estão intimamente ligados. De facto, só poderá haver protecção e valorização da floresta se se der a fixação da população. Por outro lado, para que a fixação da população possa ocorrer, os recursos florestais têm que ser valorizados.

O trabalho foi estruturado tendo em conta esta relação.

Numa primeira parte é feita a caracterização do concelho de Oleiros no enquadramento da "Zona do Pinhal", sendo focados aspectos biofísicos (Capítulo 1) e demográficos (Capítulo 2).

Na segunda parte é analisado o modo como a questão do despovoamento é abordada nos planos orientadores do desenvolvimento

da região (Programa Operacional para o Desenvolvimento da Sub-Região do Pinhal Interior) e do concelho, em particular (Plano Director Municipal de Oleiros).

É, depois, analisado o papel atribuído à floresta nesses documentos.

PARTE I

CAPÍTULO 1

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA “ZONA DO PINHAL” E DO CONCELHO DE OLEIROS

Neste capítulo faz-se uma caracterização geral da “Zona do Pinhal” - que inclui aspectos relacionados com localização, área, topografia, hidrografia, pedologia e cobertura florestal - sendo depois focado o concelho de Oleiros, em particular.

1. 1. - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA “ZONA DO PINHAL”

1. 1. 1 - LOCALIZAÇÃO E ÁREA

A “Zona do Pinhal” constitui a sub-região do Pinhal Interior, incluída na região Centro (NUTS II), e constituída pelas NUTS de nível III do Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul (Figura 1).

A sub-região do Pinhal Interior abrange dezanove concelhos, pertencendo catorze ao Pinhal Interior Norte e cinco ao Pinhal Interior Sul.

Os concelhos que fazem parte do Pinhal Interior Norte são Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos,

Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

Os concelhos pertencentes ao Pinhal Interior Sul são Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

A sub-região do Pinhal Interior tem uma área de 4523,47 km², correspondendo 2617,47 km² ao Pinhal Interior Norte e 1906 km² ao Pinhal Interior Sul.

No Quadro 1 apresenta-se a área e o número de freguesias de cada concelho.

A área média dos concelhos da “Zona do Pinhal” é 238,08 km². O concelho maior é Oleiros, que tem 465,52 km² de superfície, e o concelho mais pequeno é Castanheira de Pêra, com 66,86 km².

No Pinhal Interior Norte, a área dos concelhos varia entre 66,86km² (Castanheira de Pêra) e 332,13 km² (Arganil), sendo a área média 186,96 km². No Pinhal Interior Sul a área varia entre 191,26 km² (Vila de Rei) e 465,52 km² (Oleiros), sendo a área média dos concelhos 381,20 km².

O Pinhal Interior Norte inclui concelhos pertencentes aos distritos de Coimbra e de Leiria, e o Pinhal Interior Sul inclui quatro concelhos do distrito de Castelo Branco e um do distrito de Santarém (Quadro 1).

1. 1. 2. -TOPOGRAFIA

O Pinhal Interior é uma zona montanhosa que abrange as serras do Açor, da Lousã, do Cabeço da Rainha, de Alvélos e do Muradal.

Os pontos mais elevados fazem parte da Serra do Açor e localizam-se nos concelhos de Arganil (1418 metros, no Pico da Cebola) e de Pampilhosa da Serra (1340 metros, em S. Pedro do Açor).

A Serra da Lousã atinge 1204 metros de altitude nos concelhos de Lousã e Góis, e a Serra do Cabeço da Rainha chega aos 1084 metros no concelho da Sertã.

As serras de Alvélos e do Muradal têm os pontos mais altos, 970 e 912 metros, respectivamente, no concelho de Oleiros (C.N.A., 1982 a).

No Pinhal Interior predominam as zonas localizadas entre 200 e 400 metros de altitude, seguidas pelas que se situam entre os 400 e os 700 metros (C.N.A., *op. cit.*).

De acordo com dados da Comissão de Coordenação da Região Centro (1986), cerca de 11% da área do Pinhal Interior tem menos de 200 metros de altitude, 43% tem entre 200 e 400 metros, 34% entre 400 e 700 metros, 10% entre 700 e 1000 metros e 1% localiza-se acima dos 1000 metros (no cálculo destes valores não foram incluídos os concelhos de Oliveira do Hospital e de Mação, uma vez que no citado estudo não eram considerados como fazendo parte do Pinhal Interior) .

Nesta zona há uma clara predominância dos declives acentuados (D.G.R.N., 1987). A percentagem de cada classe de declives em relação à área total (não incluindo os concelhos de Oliveira do Hospital

e Mação) é a seguinte (C.C.R.C., 1986):

- Declives inferiores a 2% 3% da área total
- Declives entre 2 e 8% 35% da área total
- Declives entre 8 e 16% 26% da área total
- Declives superiores a 16% 35% da área total

Os declives inferiores a 2% correspondem a zonas sujeitas a alagamento que exigem cuidados a nível da drenagem; valores entre 2 e 8% são considerados óptimos para a zona; em declives superiores a 8% registam-se dificuldades na construção e desconforto nas deslocações de automóvel, e a partir dos 16% surgem problemas graves, tornando-se impossível a utilização de meios mecânicos nos movimentos de terra (C.C.R.C., *op. cit.*).

É de salientar que nalguns concelhos mais de metade da área apresenta declives superiores a 16%.

1. 1. 3. - HIDROGRAFIA

A sub-região do Pinhal Interior reparte-se pelas bacias hidrográficas do Rio Mondego e do Rio Tejo. A maior parte do Pinhal Interior Norte pertence à bacia hidrográfica do Rio Mondego, estando a área restante e a totalidade do P.I.Sul incluídos na bacia hidrográfica do Rio Tejo (D.G.R.N., 1989).

O Pinhal Interior Norte é delimitado a norte pelo Rio Mondego, e é percorrido pelos seus afluentes Alva e Ceira, além de vários sub-

afluentes.

O Rio Zêzere atravessa a sub-região, separando o Pinhal Interior Norte do P.I.Sul.

O Tejo delimita o concelho de Mação a sul, e um seu afluente, o Ocreza, representa o limite leste do concelho de Proença-a-Nova.

No Pinhal Interior existem várias albufeiras, contando-se entre elas as albufeiras de Bouçã, de Santa Luzia e do Cabril.

1. 1. 4. - PEDOLOGIA

No Pinhal Interior predominam os solos de "Utilização Não Agrícola (Florestal)", segundo a classificação do "Esboço Geral de Ordenamento Agrário" do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (*in* C.N.A., 1982 b) que inclui mais duas classes de solos ("Utilização Agrícola" e "Utilização Agrícola Condicionada").

A percentagem de solos de "Utilização Agrícola" em relação à área total é maior no Pinhal Interior Norte do que no P. I. Sul, onde a quase totalidade dos solos pertence à classe de "Utilização Não Agrícola".

De acordo com dados da Comissão de Coordenação da Região Centro (1986), 88% dos solos da sub-região do Pinhal Interior pertencem à categoria de "Utilização Não Agrícola", com valores de 84 e 94% no P.I.Norte e no P.I.Sul, respectivamente (nos cálculos não foram incluídos Oliveira do Hospital e Mação, uma vez que no referido estudo não são apresentados dados relativos a esses concelhos).

Apenas 8% dos solos do Pinhal Interior são de "Utilização Agrícola" (11% no P.I.Norte e 2% no P.I.Sul).

1. 1. 5. - COBERTURA FLORESTAL

Os dados acerca da cobertura florestal da sub-região do Pinhal Interior foram retirados do Inventário Florestal Nacional (D.G.F., 1988).

Torna-se necessário referir que o levantamento fotográfico que serviu de base à elaboração do Inventário Florestal foi efectuado em 1971 (Distrito de Santarém), 1972 (Distrito de Leiria) e 1974 (Distritos de Coimbra e Castelo Branco). No entanto, a nível de concelho, não existem dados mais recentes acerca das áreas ocupadas pelas várias espécies florestais

As áreas com cobertura florestal representam metade da área total da sub-região do Pinhal Interior, sendo a taxa de arborização do Pinhal Interior Sul superior à do P. I. Norte (53 e 48%, respectivamente) (Quadro 2).

A taxa de arborização varia entre 30% (Ansião) e 68% (Vila de Rei) da área dos concelhos.

Os incultos representam uma parte importante da área do Pinhal Interior (14%), especialmente no P. I. Norte onde atingem o valor de 19% da área total. No Pinhal Interior Sul, os incultos correspondem a 7% da área.

O peso dos incultos é particularmente elevado em Castanheira de Pêra e Góis, onde representam mais de um terço da área concelhia, e em Pampilhosa da Serra, onde correspondem a quase um terço da área (Quadro2).

Analisando a importância das diferentes espécies florestais,

verifica-se que os pinhais de pinheiro bravo (*Pinus pinaster* Ait.) ocupam 91% da área florestal da “Zona do Pinhal”.

É de referir que os pinhais bravos ocupam 45% da área total do Pinhal Interior (42% da área do P.I.Norte e 51% da área do P.I.Sul).

A importância das áreas de pinheiro bravo relativamente à área florestal total é maior no Pinhal Interior Sul (96%) do que no P. I. Norte (87%) (Quadro 3). A área de pinheiro bravo representa uma elevada percentagem do total da área florestal em todos os concelhos, variando entre 66% (Ansião) e 99% (Vila de Rei).

A espécie que aparece em segundo lugar é o eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill.), que ocupa 6% da área florestal do Pinhal Interior (com valores de 8 e 3% no P. I. Norte e no P. I. Sul, respectivamente) (Quadro 3).

O concelho de Figueiró dos Vinhos destaca-se pela extensão da área de eucaliptais, que representa quase um terço da sua área florestal.

As áreas de pinheiro bravo e eucalipto, em conjunto, perfazem 97% da área florestal do Pinhal Interior (95 e 99% no P. I. Norte e no P. I. Sul, respectivamente).

Além do pinheiro bravo e do eucalipto, as espécies referidas no Inventário Florestal Nacional que ocupam maior área são o castanheiro (*Castanea sativa* Miller), com 7,9 Km² (0,4% da área florestal do Pinhal Interior), e os carvalhos (*Quercus* sps), com 7,8 Km² (0,3% da área florestal do Pinhal Interior).

A existência de castanheiros é referida para oito concelhos. O concelho com maior área de castanheiro é Oleiros, com 3,5 Km² (1,2% da

sua área florestal).

Existem carvalhos em dez concelhos. O concelho com maior área de carvalhos é Ansião onde ocupam 4,1 Km² (7,7% da área florestal).

Outras espécies existentes nesta zona são o pinheiro manso (*Pinus pinea* L.), o sobreiro (*Quercus suber* L.) e a azinheira (*Quercus ilex* L. ssp. *rotundifolia* Lam.).

A área de pinheiro manso é de 3,2 Km² no conjunto do Pinhal Interior, representando 0,14% da sua área florestal. Existe em oito concelhos, sendo Oliveira do Hospital o que tem maior área desta espécie (1,8 Km², representando 1,4% da sua área florestal).

O sobreiro, que é referido para seis concelhos, ocupa 1,2 Km² no Pinhal Interior (0,05% da área florestal), situando-se metade dessa área no concelho de Alvaiázere.

A existência de azinheira é referida apenas para o concelho de Proença-a-Nova, onde ocupa 1,1 Km², ou seja, 0,7% da área florestal.

Há que ter em atenção que os dados apresentados não correspondem exactamente à situação actual da cobertura florestal da "Zona do Pinhal", uma vez que desde a data em que foi feito o levantamento ocorreram inúmeros fogos que consumiram grandes extensões nesta região.

Segundo dados apresentados pela Comissão de Coordenação da Região Centro (1986), que dizem respeito a incêndios ocorridos no Pinhal Interior Norte entre 1980 e 1983, nalguns concelhos a soma das áreas arborizadas que arderam nesse período é equivalente a dois terços da área florestada.

Além da destruição pelo fogo, há que ter também em consideração a alteração dos povoamentos florestais e, particularmente, o facto de no nosso país ter havido um grande aumento da área de eucaliptais nos últimos anos.

De facto, a área ocupada por pinheiro bravo tem vindo a diminuir, devido à sua substituição, após os fogos, por eucalipto, cuja área sofreu um aumento de 600% nos últimos trinta anos (Vieira, 1991).

Quadro 1

Área, número de freguesias e distrito de que fazem parte os concelhos da sub-região do Pinhal Interior

CONCELHO	ÁREA (Km ²)	Nº DE FREG.	DISTRITO
ALVAIÁZERE	161,00	7	LEIRIA
ANSIÃO	179,98	8	LEIRIA
ARGANIL	332,13	18	COIMBRA
CAST. PÊRA	66,86	2	LEIRIA
F. DOS VINHOS	171,95	4	LEIRIA
GÓIS	263,72	5	COIMBRA
LOUSÃ	139,16	5	COIMBRA
MIR. CORVO	126,98	5	COIMBRA
OLVº HOSPITAL	234,55	20	COIMBRA
PAMP. SERRA	396,49	10	COIMBRA
PEDR. GRANDE	128,59	3	LEIRIA
PENELA	132,49	6	COIMBRA
TÁBUA	199,75	15	COIMBRA
V. N. POIARES	83,82	4	COIMBRA
P.I. NORTE	2617,47	-	-
MAÇÃO	400,83	8	MAÇÃO
OLEIROS	465,52	12	Ct. BRANCO
Pª-A-NOVA	395,26	6	Ct. BRANCO
SERTÃ	453,13	14	Ct. BRANCO
VILA DE REI	191,26	3	Ct. BRANCO
P.I. SUL	1906,00	-	-
P. INT.	4523,47	-	-

Fonte:

S.E.A.R.N., 1988

Notícia Explicativa da Carta Administrativa

Atlas do Ambiente

Quadro 2

Área florestal, área de incultos, taxa de arborização e taxa de incultos, por concelho.

CONCELHO	ÁREA DO CONCELHO (Km2)	ÁREA FLORESTAL (Km2)	ÁREA DE INCULTOS (Km2)	TAXA DE ARBORIZAÇÃO	TAXA DE INCULTOS
ALVAIÁZERE	161,00	51,63	17,22	32,1%	10,7%
ANSIÃO	179,98	53,49	7,73	29,7%	4,3%
ARGANIL	332,13	146,81	77,64	44,2%	23,4%
CASTª PÊRA	66,86	30,77	25,79	46,0%	38,6%
F. DOS VINHOS	171,95	84,05	40,07	48,9%	23,3%
GÓIS	263,72	129,71	96,06	49,2%	36,4%
LOUSÃ	139,16	74,89	24,61	53,8%	17,7%
MIRª CORVO	126,98	72,12	11,76	56,8%	9,3%
OLVª HOSPITAL	234,55	129,40	11,70	0,6%	5,0%
PAMPª SERRA	396,49	195,98	121,68	49,4%	30,7%
PEDR. GRANDE	128,59	83,23	9,21	64,7%	7,2%
PENELA	132,49	51,36	19,41	38,8%	14,7%
TÁBUA	199,75	102,02	19,49	51,1%	9,8%
Vª Nª POIARES	83,82	45,47	8,89	54,2%	10,6%
P.I. NORTE	2617,47	1250,93	491,26	47,8%	18,8%
MAÇÃO	400,83	150,20	17,20	37,5%	4,3%
OLEIROS	465,52	295,76	57,06	63,5%	12,3%
Pª-A-NOVA	395,26	165,38	14,19	41,8%	3,6%
SERTÃ	453,13	265,23	30,96	58,5%	6,8%
VILA DE REI	191,26	129,42	8,53	67,7%	4,5%
P.I. SUL	1906,00	1005,99	127,94	52,8%	6,7%
P. INT.	4523,47	2256,92	619,20	49,9%	13,7%

Fonte:

Direcção Geral das Florestas, 1988
Inventário Florestal Nacional

Quadro 3

Área de pinheiro bravo, área de eucalipto e percentagem da área florestal ocupada por cada uma das espécies.

CONCELHO	ÁREA DE P. BRAVO (Km2)	ÁREA DE EUCALIPTO (Km2)	ÁREA P.BRAVO /A.FLORESTAL	ÁREA EUCALIPTO /A.FLORESTAL
ALVAIÁZERE	36,04	8,36	70%	16%
ANSIÃO	35,48	2,45	66%	5%
ARGANIL	136,68	4,91	93%	3%
CASTª PÊRA	24,93	5,32	81%	17%
F. DOS VINHOS	60,09	23,08	71%	27%
GÓIS	110,22	6,67	85%	5%
LOUSÃ	62,33	4,99	83%	7%
MIRª CORVO	59,35	10,54	82%	15%
OLVª HOSPITAL	124,70	0,60	96%	0%
PAMPª SERRA	189,72	1,19	97%	1%
PEDR. GRANDE	78,32	4,88	94%	6%
PENELA	39,98	6,55	78%	13%
TÁBUA	93,69	7,12	92%	7%
Vª Nª POIARES	37,91	7,34	83%	16%
P.I. NORTE	1089,44	94,00	87%	8%
MAÇÃO	141,20	8,70	94%	6%
OLEIROS	288,06	2,98	97%	1%
Pª-A-NOVA	158,45	5,76	96%	3%
SERTÃ	249,29	12,42	94%	5%
VILA DE REI	127,63	1,77	99%	1%
P.I. SUL	964,63	31,63	96%	3%
P. INT.	2054,07	125,63	91%	6%

Fonte:

Direcção Geral das Florestas, 1988
Inventário Florestal Nacional

1. 2 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CONCELHO DE OLEIROS

1. 2. 1 - LOCALIZAÇÃO E ÁREA

O concelho de Oleiros, que faz parte do Pinhal Interior Sul, é o maior dos dezanove concelhos da sub-região do Pinhal Interior.

Oleiros pertence ao distrito de Castelo Branco, sendo limitado a Norte pelos concelhos de Pampilhosa da Serra e Fundão, a Sul pelos concelhos da Sertã, Proença-a-Nova e Castelo Branco, a Este pelo concelho de Castelo Branco, e a Oeste pelos concelhos de Pampilhosa da Serra e Sertã (Figura 2).

Oleiros tem uma área de 465,52 Km² (S.E.A.R.N., 1988), o que corresponde a cerca de um décimo da área total do Pinhal Interior e um quarto da área do P. I. Sul.

O concelho é constituído por doze freguesias: Álvaro, Amieira, Cambas, Estreito, Isna, Madeirã, Mosteiro, Oleiros, Orvalho, Sarnadas de S. Simão, Sobral e Vilar Barroco (Figura 3).

A vila de Oleiros é a sede do concelho. A área desta freguesia, que é muito maior do que as outras, corresponde a mais de um quarto da área do concelho. Destacam-se, também, as freguesias do Estreito, que é a segunda mais importante, quer em superfície quer em população, e do Orvalho, que é quarta em área e terceira em população.

O povoamento do concelho é caracterizado pela existência de pequenos aglomerados populacionais, muito dispersos e isolados.

Relativamente a acessos rodoviários, Oleiros apresenta

deficiências, quer a nível das ligações ao exterior, quer no interior do próprio concelho.

Apesar dos melhoramentos previstos no Plano Rodoviário Nacional, alguns dos quais já executados, o concelho continuará numa situação de relativo isolamento.

De facto, o concelho encontra-se afastado dos principais eixos rodoviários, nomeadamente do que liga Coimbra e Castelo Branco e dos eixos que fazem a ligação entre o Norte e o Sul do território continental.

A rede viária no interior do concelho também apresenta deficiências. Os principais eixos fazem a ligação entre a sede do concelho e as sedes de freguesia, não havendo, na maior parte dos casos, estradas que liguem directamente as freguesias entre si.

De um modo geral, a rede viária encontra-se em más condições, sendo constituída por estradas estreitas, sinuosas e com mau piso.

1. 2. 2 - TOPOGRAFIA

O relevo do concelho é acidentado, montanhoso e com declives acentuados. Destacam-se a Serra do Cabeço da Rainha, a Sul, a Serra do Muradal, a Leste, e a Serra de Alvélos, a Oeste.

O ponto mais elevado, Besteira, localiza-se na Serra do Cabeço da Rainha, a 1080 metros de altitude (C.N.A., 1982 a).

Cerca de 68% da área do concelho situa-se entre os 400 e os 700 metros de altitude, 24% entre os 700 e os 1000 metros, e menos de 1% acima dos 1000 metros. Altitudes inferiores a 200 metros não estão, praticamente, representadas no concelho e apenas 8% da área se situa

entre os 200 e os 400 metros (C.C.R.C., 1986).

Os declives entre 8 e 16% representam cerca de 45% da área do concelho, e os declives superiores a 16% representam 37%. Declives inferiores a 2% são, praticamente, inexistentes, e apenas 18% da área do concelho tem declives entre 2 e 8%, que correspondem, como já foi referido, aos valores óptimos (C.C.R.C., *op. cit.*).

1.2.3 - HIDROGRAFIA

O curso de água mais importante de Oleiros é o Rio Zêzere, que corresponde aproximadamente ao limite norte do concelho.

Oleiros é, ainda, percorrido por vários afluentes do Zêzere, destacando-se em importância a Ribeira da Sertã, que nasce no concelho e o atravessa no sentido nordeste-sudoeste.

1.2.4 - PEDOLOGIA

Neste concelho são escassos os solos com aptidão para a agricultura.

De facto, cerca de 97% dos solos são de "Utilização Não Agrícola (Florestal)", menos de 1% são de "Utilização Agrícola" e pouco mais de 1% são de "Utilização Agrícola Condicionada" (C.C.R.C., 1986).

1. 2. 5 - COBERTURA FLORESTAL

Oleiros é o concelho da "Zona do Pinhal" com maior área florestal - 295,76 Km² (D.G.F., 1988).

A taxa de arborização do concelho é de 64%, sendo a terceira mais elevada da sub-região do Pinhal Interior (Quadro 2).

A área de incultos é de 57,06 Km², representando 12% da área do concelho, valor bastante mais elevado do que taxa de incultos para o conjunto do Pinhal Interior Sul (7%).

No Quadro 4 são apresentados os valores das áreas ocupadas pelas várias espécies florestais e as percentagens que representam em relação à área florestal do concelho, de acordo com dados do Inventário Florestal Nacional (D.G.F., 1988).

Os povoamentos de pinheiro bravo ocupam 288,06 Km², o que corresponde a 97% da área florestal e a 62% da área total do concelho. Trata-se do concelho do Pinhal Interior com maior área de pinheiro pravo, e com a segunda mais elevada percentagem de área de pinheiro bravo em relação à área florestal e à área do concelho.

O castanheiro, que é a espécie com a segunda maior área, ocupa apenas 3,5 Km², representando 1% da área florestal do concelho.

Oleiros é, como já foi referido, o concelho do Pinhal Interior que tem maior área de castanheiro, estando localizada neste concelho quase metade do total da sub-região.

O eucalipto ocupa 2,98 Km², o que corresponde a 1% da área florestal do concelho, valor bastante inferior ao do conjunto da Zona do Pinhal (6%).

No Inventário Florestal Nacional é ainda referida a existência de povoamentos de pinheiro manso, que ocupam uma pequena área (0,45Km²).

Uma vez que, como já foi referido, os dados apresentados dizem respeito a um levantamento efectuado em 1974, há que ter em consideração as alterações sofridas pela cobertura florestal nos últimos vinte anos.

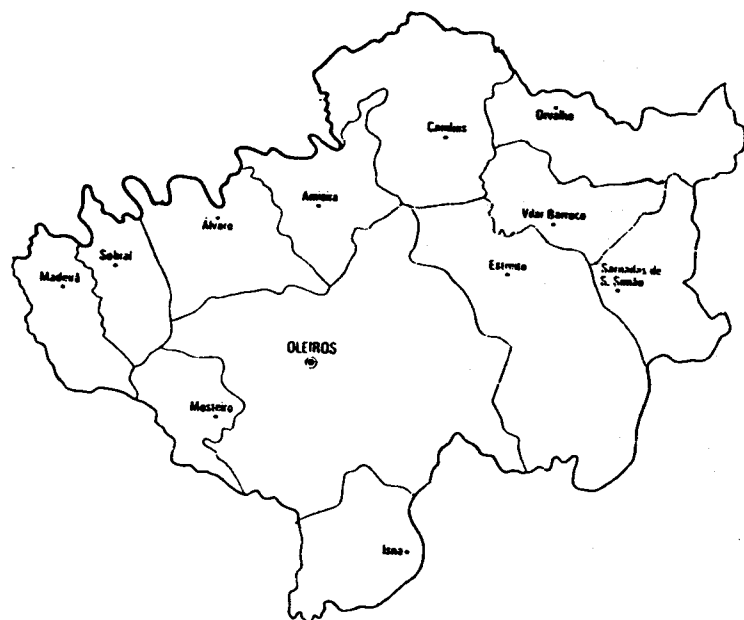
Os resultados de um trabalho realizado em 1992 indicam que terá havido uma diminuição da área de pinheiro bravo e um aumento da área de incultos, o que é explicado pela grande incidência de fogos florestais no Verão (C.C.R.C., 1992).

No entanto, enquanto nesse estudo se refere que a área florestal terá diminuído, num trabalho da Câmara Municipal de Oleiros (1992 *in* C.M.O., 1993 a) indica-se que terá aumentado para um valor superior a 75% da área do concelho.

Entre 1980 e 1990 ocorreram, no concelho, 537 fogos, tendo ardido 97,89 Km² (C.C.R.C., *op. cit.*). Só em 1990 e 1991, 107 fogos consumiram 125,73 Km², correspondendo 121,73 Km² a povoamentos de pinheiro bravo, segundo dados da Administração Florestal da Sertã (C.M.O., 1993 a).

É de salientar que a área de pinheiro bravo que ardeu em 1990 e 1991 representa quase metade da área ocupada por essa espécie em 1974.

Figura 3
Área e limite das freguesias do concelho de Oleiros.



FREGUESIA	ÁREA (Km ²)
ÁLVARO	33,63
AMIEIRA	26,29
CAMBAS	47,35
ESTREITO	68,73
ISNA	27,58
MADEIRÃ	20,27
MOSTEIRO	17,17
OLEIROS	119,39
ORVALHO	34,79
SARN. S. SIMÃO	28,53
SOBRAL	18,20
VILAR BARROCO	23,59
CONC. OLEIROS	465,52

Fonte:
PINTO, A. L. B., 1989 – Pinhal. Corografia.
Elementos para um Estudo, C.C.R.C., Coimbra

Fonte:
S.E.A.R.N., 1988
Notícia Explicativa da Carta Administrativa
Atlas do Ambiente

Quadro 4
Espécies florestais do concelho de Oleiros:
Área ocupada e percentagem em relação ao total da área florestal.

ESPÉCIES	ÁREA (Km ²)	PERCENTAGEM DA ÁREA FLORESTAL
Pinheiro Bravo	288,06	97,40
Castanheiro	3,50	1,18
Eucalipto	2,98	1,01
Pinheiro Manso	0,45	0,15
Outras Folhosas	0,59	0,20
Outros Mistos	0,18	0,06
ÁREA FLORESTAL	295,76	100,00

Fonte:
Direcção Geral das Florestas, 1988
Inventário Florestal Nacional

1.3 - CONCLUSÕES

A sub-região do Pinhal Interior, constituída pelo Pinhal Interior Norte e pelo Pinhal Interior Sul e situada no interior da região Centro, apresenta uma série de características naturais que restringem as possibilidades de utilização agrícola e lhe conferem uma vocação predominantemente florestal.

É uma zona montanhosa, onde predominam as altitudes elevadas e os declives acentuados.

Nesta sub-região são escassos os solos com aptidão para a agricultura, sendo essa percentagem particularmente reduzida no Pinhal Interior Sul.

Grande parte da sub-região apresenta cobertura florestal em que dominam marcadamente os povoamentos de pinheiro bravo.

O Pinhal Interior Sul apresenta uma taxa de arborização mais elevada do que o Pinhal Interior Norte, e uma percentagem superior da área florestal ocupada por povoamentos de pinheiro bravo.

Além do pinheiro bravo, apenas o eucalipto ocupa uma área com expressão ao nível da sub-região.

O concelho de Oleiros é o maior concelho da sub-região do Pinhal Interior e encontra-se numa situação de acentuado isolamento em relação aos grandes centros.

Tratando-se de um concelho com um povoamento muito disperso e acessos difíceis, regista-se, também, uma situação de isolamento entre os aglomerados populacionais de Oleiros.

Oleiros faz parte dos concelhos do Pinhal Interior com relevo mais acidentado, apresentando altitudes e declives superiores à média da sub-região, e menos de 1% dos seus solos têm aptidão agrícola, pelo que existem grandes restrições à prática da agricultura.

Trata-se do concelho do Pinhal Interior que tem maior área florestal e apresenta uma das mais elevadas taxas de arborização a nível da sub-região.

Os povoamentos de pinheiro bravo ocupam cerca de 97% da área florestal de Oleiros que, tal como outros concelhos da sub-região, tem registado grande incidência de fogos florestais nos últimos anos.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA

“ZONA DO PINHAL” E DO CONCELHO DE OLEIROS

Neste capítulo são abordados aspectos demográficos do concelho de Oleiros no contexto da sub-região do Pinhal Interior. É analisada a evolução, ao longo deste século, do volume e da densidade da população da sub-região do Pinhal Interior. São depois examinados alguns aspectos da demografia do concelho de Oleiros: volume, densidade, grupos funcionais, índices-resumo e ritmo de crescimento.

2.1 - EVOLUÇÃO DO VOLUME E DA DENSIDADE DA POPULAÇÃO DA “ZONA DO PINHAL”

Em 1991 residiam na sub-região do Pinhal Interior 190214 pessoas, 139413 no P.I.Norte e 50801 no P.I.Sul (Quadro 5).

É de salientar que estes valores são inferiores aos registados no início do século.

Ao considerarmos a evolução do volume da população total do Pinhal Interior desde 1900, podemos distinguir quatro períodos (Quadros 6 e 7).

Entre 1900 e 1911 a população do Pinhal Interior sofreu um acréscimo de 8,3%, tendo-se registado aumentos tanto no P.I.Norte como no P.I.Sul.

De 1911 a 1930 a população total do Pinhal Interior diminuiu (1,8% entre 1911 e 1920, e 0,6% entre 1920 e 1930). No entanto, enquanto a população do P.I.Norte diminuiu a do P.I.Sul aumentou.

De 1930 a 1950 a população do Pinhal Interior voltou a aumentar.

Entre 1930 e 1940 houve aumentos da população em todos os concelhos da “Zona do Pinhal”, e a população total sofreu um acréscimo de 11,6%.

De 1940 a 1950, a população aumentou apenas 1,2%. No Pinhal Interior Norte a população diminuiu ligeiramente (menos 484 pessoas), enquanto no P.I.Sul aumentou.

De 1950 a 1991 a população do Pinhal Interior sofreu sucessivos decréscimos.

As diminuições de população ocorreram tanto no Pinhal Interior Norte como no Pinhal Interior Sul, à excepção do período entre 1970 e 1981 em que a população do P.I.Norte praticamente não variou (mais 59 habitantes) enquanto a do P.I. Sul continuou a diminuir acentuadamente.

O período em que se registou a diminuição mais acentuada da população do Pinhal Interior (-17,8%) foi entre 1960 e 1970, tendo atingido todos os seus concelhos. No Pinhal Interior Norte, que perdeu 17,6% da população, as taxas variaram entre -6,2% (no concelho de Miranda do Corvo) e -37,7% (em Pedrogão Grande). No Pinhal Interior

Sul, onde a população sofreu um decréscimo de 18%, as percentagens variaram entre -14,8% (concelho da Sertã) e -21,7% (Mação).

É de salientar que nessa década a população total do Continente também diminuiu, tendo sido o único período em que tal se verificou.

Quando se compara o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul verifica-se que existem diferenças na evolução da população.

Até 1960 as taxas de variação foram superiores no Pinhal Interior Sul, sendo a diferença bastante acentuada nalguns períodos.

De facto, entre 1900 e 1911 o Pinhal Interior Sul registou uma taxa de variação quase duas vezes superior à do P.I.Norte.

Entre 1911 e 1930 e de 1940 a 1950, a população do Pinhal Interior Norte diminuiu enquanto a do P. I. Sul continuou a aumentar.

O primeiro decréscimo da população do P. I. Sul registou-se entre 1950 e 1960, mas foi menos acentuado do que o que ocorreu no P. I. Norte no mesmo período. No entanto, a partir daí a situação alterou-se e desde 1960 que o decréscimo da população do Pinhal Interior Sul tem sido mais acentuado do que o da população do P. I. Norte.

De facto, entre 1960 e 1970 as taxas de variação foram semelhantes, mas entre 1970 e 1981 a população do P. I. Norte manteve-se enquanto a do P. I. Sul continuou a diminuir acentuadamente, e entre 1981 e 1991 a percentagem de decréscimo da população do P. I. Sul foi quase duas vezes superior à do P. I. Norte.

Comparando agora a evolução da população do Pinhal Interior e da população total do Continente, verifica-se que as taxas de variação do Pinhal Interior foram sempre inferiores.

As diferenças acentuaram-se, no entanto, a partir de 1920. Entre 1920 e 1930 a população do Pinhal Interior diminuiu ligeiramente enquanto a população total do Continente aumentou bastante. Entre 1930 e 1940 as taxas de variação não foram muito diferentes, **mas** entre 1940 e 1950 a população do Pinhal Interior aumentou **muito menos** do que a população total do Continente. Entre 1950 e 1960 e de 1970 a 1991, a população do Pinhal Interior diminuiu enquanto a população do Continente aumentou, e entre 1960 e 1970 o Pinhal Interior perdeu uma percentagem muito maior da população do que o Continente no seu conjunto.

A diferença mais acentuada verificou-se entre 1970 e 1981, que correspondeu ao período de maior crescimento da população do Continente e em que, apesar disso, houve diminuição da população do Pinhal Interior.

Se, no entanto, considerarmos apenas o Pinhal Interior Sul, verificamos que de 1900 a 1911 e entre 1930 e 1940, a sua população cresceu com uma taxa superior à da população total do Continente.

A densidade populacional da sub-região do Pinhal Interior era, em 1991, de 42,1 habitantes por Km² (Quadro 8). Este valor é duas vezes e meia inferior à média do Continente (105,5 habitantes por Km²).

A densidade do Pinhal Interior Norte é de 53,3 habitantes por Km², e a do P. I. Sul é de 26,7 habitantes por Km², ou seja, cerca de

metade. A densidade do Pinhal Interior Norte é em todos os recenseamentos muito superior à do P. I. Sul.

A densidade do Pinhal Interior é inferior à densidade média do Continente em todos os recenseamentos deste século, mas a diferença tem vindo a acentuar-se cada vez mais.

Por outro lado, só a partir de 1930 é que a densidade do Pinhal Interior Norte passou a ser inferior à do Continente.

Nos concelhos do Pinhal Interior Norte, a densidade varia entre 14,6 habitantes por Km², em Pampilhosa da Serra, e 96,6 habitantes por Km², na Lousã.

No conjunto do Pinhal Interior Norte, Lousã, Oliveira do Hospital e Miranda do Corvo destacam-se por terem densidades bastante mais elevadas do que os outros concelhos. Tal poderá estar relacionado com a proximidade de Miranda do Corvo e Lousã a Coimbra, e com o facto de Oliveira do Hospital, situado no extremo norte da sub-região, ser o concelho do Pinhal Interior com maior número de habitantes em quase todos os recenseamentos.

Por outro lado, Pampilhosa da Serra e Góis, situados no interior da sub-região, destacam-se por terem densidades muito reduzidas.

Pampilhosa da Serra é o concelho do Pinhal Interior Norte com menor densidade em todos os recenseamentos (com diferenças muito acentuadas em relação aos outros concelhos em quase todos os anos) e é, desde 1970, o concelho do Pinhal Interior com menor densidade.

No Pinhal Interior Sul, a densidade varia entre 16,7

habitantes por Km², no concelho de Oleiros, e 40,2 habitantes por Km², na Sertã, valor que é muito superior ao dos outros concelhos do P. I. Sul.

Oleiros é, em todos os recenseamentos, o concelho do Pinhal Interior Sul com menor densidade, tendo sido até 1960 o concelho com menor densidade em todo o Pinhal Interior.

A Sertã é o concelho do Pinhal Interior Sul com maior densidade em todos os recenseamentos. É, desde 1911, o concelho do Pinhal Interior com o segundo maior número de habitantes , à excepção de 1960 e 1970 em que foi o concelho com mais população.

Quadro 5
População residente (1900/1991)

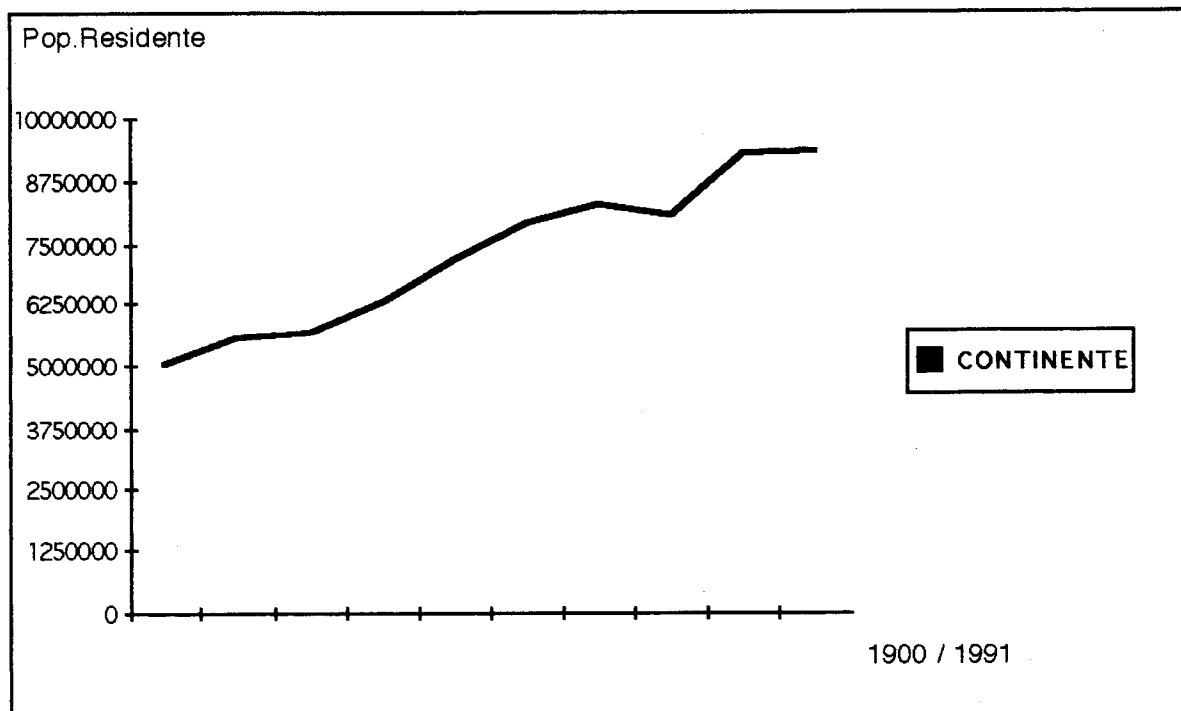
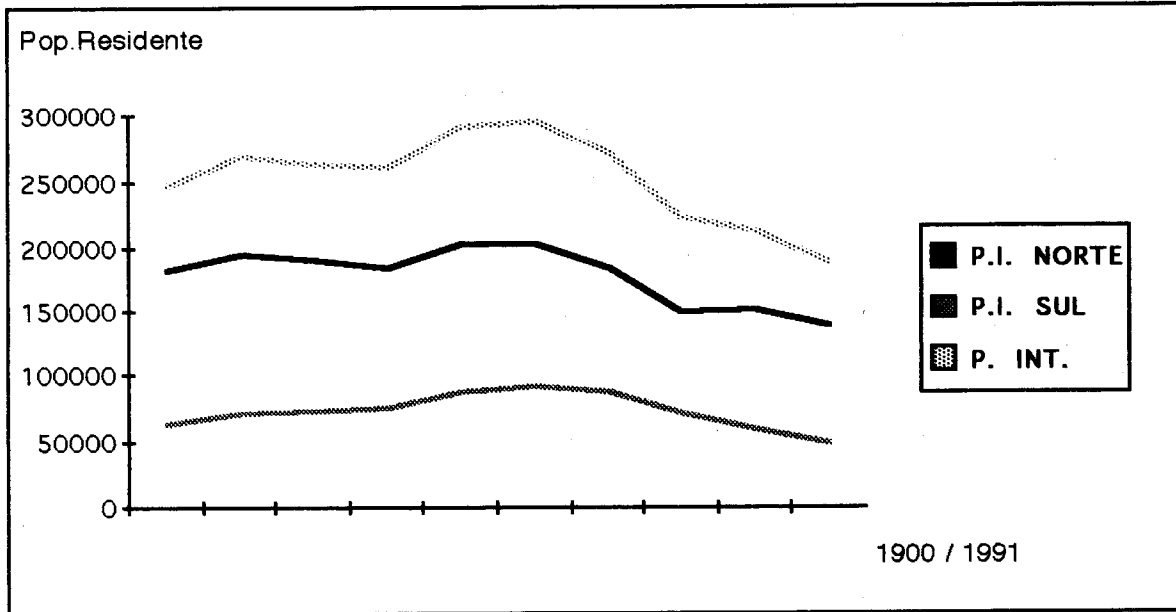
CONCELHO	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
ALVAIAZERE	11936	12870	13098	13290	15047	14950	13583	11299	10510	9306
ANSIÃO	13562	14601	14832	15543	17391	18309	17268	15058	15446	14029
ARGANIL	21232	22004	21417	18343	22002	21736	19237	15747	15507	13926
CAST. PÉRA	6213	6523	5839	6116	6411	6330	5739	4825	5137	4442
F. DOS VINHOS	9702	10630	10686	10699	12031	12300	11545	9145	8754	8012
GÓIS	11891	12974	12616	12230	12488	11103	9744	6955	6434	5372
LOUSÃ	11685	12622	11944	12905	14525	15442	13900	12369	13020	13447
MIR. CORVO	12751	14206	13455	12608	13558	13822	12810	12013	12231	11674
OLV ^o HOSPITAL	27324	27869	26992	26030	28421	29038	26287	23525	23554	22584
PAMP. SERRA	12426	13944	14040	13459	15527	14800	13372	9303	7493	5797
PEDR. GRANDE	7944	8561	8541	8877	9250	8955	8239	5131	5842	4643
PENELA	9954	12305	11197	10754	11088	10525	9438	7890	8023	6919
TÁBUA	18371	18169	17354	16530	17673	17798	15869	12441	13456	13101
V. N. POIARES	7900	8226	8343	7763	8398	8218	7518	6296	6649	6161
P. I. NORTE	182891	195504	190354	185147	203810	203326	184549	151997	152056	139413
MAÇÃO	15525	17132	17392	18806	20659	21814	19045	14920	12234	10060
OLEIROS	11203	12060	11977	11891	14020	15137	15553	13110	10183	7767
P ^a -A-NOVA	11451	13844	13628	14973	18183	18927	17552	13805	11953	11088
SERTÃ	20380	22617	23288	24057	27183	28623	27997	23846	21503	18199
VILA DE REI	6781	7638	7236	7399	8818	8407	7568	6209	4654	3687
P. I. SUL	65340	73291	73521	77126	88863	92908	87715	71890	60527	50801
P. INT.	248231	268795	263875	262273	292673	296234	272264	223887	212583	190214
CONTINENTE	5039744	5586053	5668232	6334507	7218882	7921913	8292975	8108214	9336760	9371319

Fontes:

X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Figura 4

Evolução da população residente entre 1900 e 1991



Quadro 6
Variação absoluta da população residente (1900/1991)

CONCELHO	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991
ALVAIAZERE	934	228	192	1757	-97	-1367	-2284	-789	-1204
ANSIÃO	1039	231	711	1848	918	-1041	-2210	388	-1417
ARGANIL	772	-587	-3074	3659	-266	-2499	-3490	-240	-1581
CAST. PÉRA	310	-684	277	295	-81	-591	-914	312	-695
F. DOS VINHOS	928	56	13	1332	269	-755	-2400	-391	-742
GÓIS	1083	-358	-386	258	-1385	-1359	-2789	-521	-1062
LOUSÁ	937	-678	961	1620	917	-1542	-1531	651	427
MIR. CORVO	1455	-751	-847	950	264	-1012	-797	218	-557
OLV ^o HOSPITAL	545	-877	-962	2391	617	-2751	-2762	29	-970
PAMP. SERRA	1518	96	-581	2068	-727	-1428	-4069	-1810	-1696
PEDR. GRANDE	617	-20	336	373	-295	-716	-3108	711	-1199
PENELA	2351	-1108	-443	334	-563	-1087	-1548	133	-1104
TÁBUA	-202	-815	-824	1143	125	-1929	-3428	1015	-355
V. N. POIARES	326	117	-580	635	-180	-700	-1222	353	-488
P. I. NORTE	12613	-5150	-5207	18663	-484	-18777	-32552	59	-12643
MAÇÃO	1607	260	1414	1853	1155	-2769	-4125	-2686	-2174
OLEIROS	857	-83	-86	2129	1117	416	-2443	-2927	-2416
P ^a -A-NOVA	2393	-216	1345	3210	744	-1375	-3747	-1852	-865
SERTÁ	2237	671	769	3126	1440	-626	-4151	-2343	-3304
VILA DE REI	857	-402	163	1419	-411	-839	-1359	-1555	-967
P. I. SUL	7951	230	3605	11737	4045	-5193	-15825	-11363	-9726
P. INT.	20564	-4920	-1602	30400	3561	-23970	-48377	-11304	-22369
CONTINENTE	546309	82179	666275	884375	703031	371062	-184761	1228546	34559

Fontes:
X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Quadro 7

Taxas de variação da população residente (1900/1991)

CONCELHO	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991
ALVAIAZERE	7,8	1,8	1,5	13,2	-0,6	-9,1	-16,8	-7,0	-11,5
ANSIÃO	7,7	1,6	4,8	11,9	5,3	-5,7	-12,8	2,6	-9,2
ARGANIL	3,6	-2,7	-14,4	19,9	-1,2	-11,5	-18,1	-1,5	-10,2
CAST. PÉRA	5,0	-10,5	4,7	4,8	-1,3	-9,3	-15,9	6,5	-13,5
F. DOS VINHOS	9,6	0,5	0,1	12,4	2,2	-6,1	-20,8	-4,3	-8,5
GÓIS	9,1	-2,8	-3,1	2,1	-11,1	-12,2	-28,6	-7,5	-16,5
LOUSÁ	8,0	-5,4	8,0	12,6	6,3	-10,0	-11,0	5,3	3,3
MIR. CORVO	11,4	-5,3	-6,3	7,5	1,9	-7,3	-6,2	1,8	-4,6
OLVº HOSPITAL	2,0	-3,1	-3,6	9,2	2,2	-9,5	-10,5	0,1	-4,1
PAMP. SERRA	12,2	0,7	-4,1	15,4	-4,7	-9,6	-30,4	-19,5	-22,6
PEDR. GRANDE	7,8	-0,2	3,9	4,2	-3,2	-8,0	-37,7	13,9	-20,5
PENELA	23,6	-9,0	-4,0	3,1	-5,1	-10,3	-16,4	1,7	-13,8
TÁBUA	-1,1	-4,5	-4,7	6,9	0,7	-10,8	-21,6	8,2	-2,6
V. N. POIARES	4,1	1,4	-7,0	8,2	-2,1	-8,5	-16,3	5,6	-7,3
P.I. NORTE	6,9	-2,6	-2,7	10,1	-0,2	-9,2	-17,6	0,0	-8,3
MAÇÃO	10,4	1,5	8,1	9,9	5,6	-12,7	-21,7	-18,0	-17,8
OLEIROS	7,6	-0,7	-0,7	17,9	8,0	2,7	-15,7	-22,3	-23,7
Pª-A-NOVA	20,9	-1,6	9,9	21,4	4,1	-7,3	-21,3	-13,4	-7,2
SERTÃ	11,0	3,0	3,3	13,0	5,3	-2,2	-14,8	-9,8	-15,4
VILA DE REI	12,6	-5,3	2,3	19,2	-4,7	-10,0	-18,0	-25,0	-20,8
P.I. SUL	12,2	0,3	4,9	15,2	4,6	-5,6	-18,0	-15,8	-16,1
P. INT.	8,3	-1,8	-0,6	11,6	1,2	-8,1	-17,8	-5,0	-10,5
CONTINENTE	10,8	1,5	11,8	14,0	9,7	4,7	-2,2	15,2	0,4

Fontes:

X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Quadro 8
Densidade populacional (1900/1991)
hab./Km²

CONCELHO	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
ALVAIÁZERE	74,1	79,9	81,4	82,5	93,5	92,9	84,4	70,2	65,3	57,8
ANSIÃO	75,4	81,1	82,4	86,4	96,6	101,7	95,9	83,7	85,8	77,9
ARGANIL	63,9	66,3	64,5	55,2	66,2	65,4	57,9	47,4	46,7	41,9
CAST. PÉRA	92,9	97,6	87,3	91,5	95,9	94,7	85,8	72,2	76,8	66,4
F. DOS VINHOS	56,4	61,8	62,1	62,2	70,0	71,5	67,1	53,2	50,9	46,6
GÓIS	45,1	49,2	47,8	46,4	47,4	42,1	36,9	26,4	24,4	20,4
LOUSÃ	84,0	90,7	85,8	92,7	104,4	111,0	99,9	88,9	93,6	96,6
MIR. CORVO	100,4	111,9	106,0	99,3	106,8	108,9	100,9	94,6	96,3	91,9
OLVª HOSPITAL	116,5	118,8	115,1	111,0	121,2	123,8	112,1	100,3	100,4	96,3
PAMP. SERRA	31,3	35,2	35,4	33,9	39,2	37,3	33,7	23,5	18,9	14,6
PEDR. GRANDE	61,8	66,6	66,4	69,0	71,9	69,6	64,1	39,9	45,4	36,1
PENELA	75,1	92,9	84,5	81,2	83,7	79,4	71,2	59,6	60,6	52,2
TÁBUA	92,0	91,0	86,9	82,8	88,5	89,1	79,4	62,3	67,4	65,6
V. N. POIARES	94,2	98,1	99,5	92,6	100,2	98,0	89,7	75,1	79,3	73,5
P.I. NORTE	69,9	74,7	72,7	70,7	77,9	77,7	70,5	58,1	58,1	53,3
MAÇÃO	38,7	42,7	43,4	46,9	51,5	54,4	47,5	37,2	30,5	25,1
OLEIROS	24,1	25,9	25,7	25,5	30,1	32,5	33,4	28,2	21,9	16,7
Pª-A-NOVA	29,0	35,0	34,5	37,9	46,0	47,9	44,4	34,9	30,2	28,1
SERTÃ	45,0	49,9	51,4	53,1	60,0	63,2	61,8	52,6	47,5	40,2
VILA DE REI	35,5	39,9	37,8	38,7	46,1	44,0	39,6	32,5	24,3	19,3
P.I. SUL	34,3	38,5	38,6	40,5	46,6	48,7	46,0	37,7	31,8	26,7
P. INT.	54,9	59,4	58,3	58,0	64,7	65,5	60,2	49,5	47,0	42,1
CONTINENTE	56,8	62,9	63,8	71,3	81,3	89,2	93,4	91,3	105,2	105,5

Fontes:

Áreas

S.E.A.R.N., 1988

Notícia Explicativa da Carta Administrativa

Atlas do Ambiente

População Residente

X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

2. 2 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DO CONCELHO DE OLEIROS

2. 2. 1 - VOLUME E DENSIDADE POPULACIONAL

A população residente no concelho de Oleiros, em 1991, era de 7767 habitantes, de acordo com os Resultados Definitivos do XIII Recenseamento Geral da População (Quadro 9).

Na freguesia de Oleiros vivem 2460 pessoas, o que corresponde a quase um terço da população total do concelho (32%). A segunda maior freguesia, Estreito, tem 1204 habitantes, ou seja, 16% da população do concelho.

Entre 1900 e 1911 a população residente no concelho aumentou, de 1911 a 1930 diminuiu ligeiramente, e de 1930 a 1960 voltou a aumentar (Quadros 10 e 11). O aumento mais significativo deu-se na década de trinta (cerca de 18%).

Nos recenseamentos de 1950 e 1960, a população era superior a 15000 habitantes, mas na década de sessenta começou a diminuir. Desde essa altura tem vindo a sofrer decréscimos cada vez mais acentuados, com todas as freguesias a perderem população.

Em 1991, o concelho ficou reduzido ao número de habitantes mais baixo de todos os recenseamentos, menos de metade do que os que tinha em 1960.

Entre 1981 e 1991, Oleiros perdeu 2410 dos seus 10183 habitantes, ou seja, quase um quarto da população. Trata-se do

concelho do Pinhal Interior onde o decréscimo da população foi mais acentuado nesse período (taxa de variação de -23,7%).

Todas as freguesias do concelho perderam uma percentagem importante da sua população nessa década, com taxas variando entre -10,7% (Mosteiro) e -38,9% (Amieira).

A densidade populacional no concelho de Oleiros era, em 1991, de 16,7 habitantes por Km² (Quadro 12).

Os valores da densidade variam entre 8,3 habitantes por Km², na freguesia da Amieira, e 28,8 habitantes por Km², na freguesia do Mosteiro.

Como já foi referido, Oleiros é o concelho do Pinhal Interior Sul com densidade mais baixa em todos os recenseamentos e era, até 1960, o concelho do Pinhal Interior com menor densidade. Actualmente, é o concelho que tem a segunda menor densidade de todo o Pinhal Interior.

2. 2. 2 - GRUPOS FUNCIONAIS E ÍNDICES-RESUMO

Com o objectivo de analisar a evolução da estrutura da população nos últimos anos, foram recolhidos dados sobre a sua composição etária nos recenseamentos de 1981 e 1991.

A população foi dividida em três grupos funcionais: "jovens" (indivíduos com menos de 15 anos), "activos" (indivíduos entre os 15 e os 64 anos de idade) e "velhos" (indivíduos com mais de 64 anos).

O Quadro 13 apresenta os efectivos dos grupos funcionais da população residente no concelho em 1981 e em 1991.

Entre 1981 e 1991, o número de jovens e de activos diminuiu, mas o número de pessoas idosas aumentou. Em 1981 havia mais indivíduos com menos de 15 anos do que indivíduos com mais de 64 anos, enquanto em 1991 o número de pessoas idosas era muito superior ao número de jovens.

A partir dos grupos funcionais foram calculados, para 1981 e 1991, os índices-resumo apresentados no Quadro 14.

Verifica-se que de 1981 a 1991 houve diminuição do peso dos jovens e dos activos na população, e um aumento da percentagem de pessoas idosas.

Em consequência, registou-se um aumento bastante acentuado do *ratio* velhos/jovens, que passou de 96 para 173%.

Enquanto o *ratio* de dependência dos jovens diminuiu, o *ratio* de dependência dos velhos sofreu um grande acréscimo, o que resultou num acréscimo do *ratio* de dependência total.

Conclui-se, assim, que a população do concelho de Oleiros registou, nos últimos anos, um duplo envelhecimento, uma vez que houve uma diminuição do peso dos jovens acompanhada por um aumento da percentagem de pessoas idosas.

2. 2. 3 - RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

Foram calculadas as taxas de crescimento anual médio (a) da população residente no concelho de Oleiros entre 1981 e 1991, de

acordo com a fórmula:

$$\log \frac{P_{1991}}{P_{1981}} = 10 \log (1+a)$$

Uma vez que o concelho tinha 10183 habitantes em 1981 e 7767 habitantes em 1991, obtem-se uma taxa de crescimento total de -2,67%.

Para calcular a taxa de crescimento natural foram usados o número de nascimentos e o número de óbitos ocorridos na população entre 1981 e 1990, além da população residente no concelho em 1981.

De 1981 a 1990, ocorreram na população 886 nascimentos e 1415 óbitos (I.N.E., 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1992), sendo o saldo fisiológico de -529 habitantes, e a taxa de crescimento natural -0,53%.

Uma vez que a taxa de crescimento migratório é igual à diferença entre a taxa de crescimento total e a taxa de crescimento natural, o seu valor é -2,14%.

Conclui-se destes dados que tanto a componente natural como a componente migratória contribuem para o decréscimo da população. No entanto, a migração tem um peso muito maior na diminuição do número de habitantes do concelho.

Quadro 9

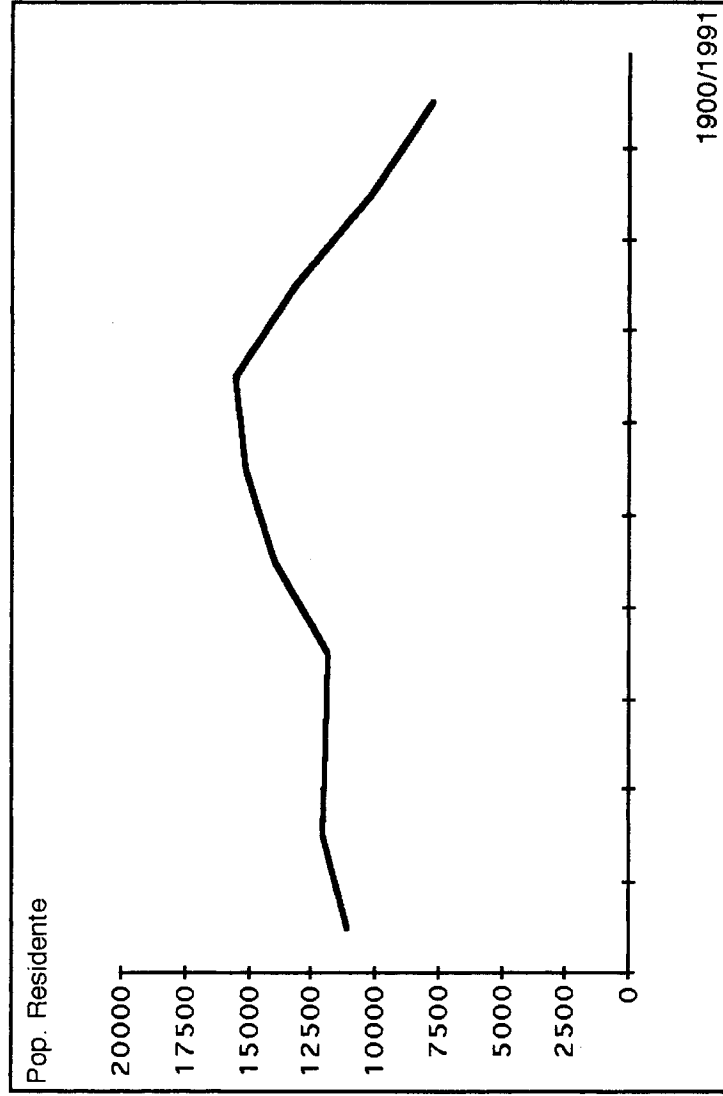
População residente no concelho de Oleiros, por freguesias (1900/1991)

FREGUESIA	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
ÁLVARO	1529	1344	1295	1184	1304	1258	1162	992	754	468
AMIEIRA	555	649	582	666	693	691	661	582	355	217
CAMBAS	784	930	943	948	1274	1374	1563	1095	657	513
ESTREITO	1381	1489	1436	1636	1934	2016	2360	2156	1625	1204
ISNA	487	467	517	318	559	672	686	592	470	379
MADEIRÁ	776	865	867	723	763	835	709	513	388	311
MOSTEIRO	521	657	651	585	730	758	805	676	553	494
OLEIROS	2787	2910	2991	3053	3327	3710	3931	3665	3041	2460
ORVALHO	883	1050	1089	1186	1332	1598	1510	1086	999	725
SARN. S. SIMÃO	514	576	545	506	716	831	859	684	543	429
SOBRAL	582	677	639	607	775	717	686	574	458	343
VILAR BARROCO	404	446	422	479	613	677	621	495	340	224
CONC. OLEIROS	11203	12060	11977	11891	14020	15137	15553	13110	10183	7767

Fonte:
X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Figura 5

Evolução da população residente no concelho de Oleiros entre 1900 e 1991



Fonte:
X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Quadro 10

Varição absoluta da população residente (1900/1991)

FREGUESIA	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991
ÁLVARO	-185	-49	-111	120	-46	-96	-170	-238	-286
AMIEIRA	94	-67	84	27	-2	-30	-79	-227	-138
CAMBAS	146	13	5	326	100	189	-468	-438	-144
ESTREITO	108	-53	200	298	82	344	-204	-531	-421
ISNA	-20	50	-199	241	113	14	-94	-122	-91
MADEIRÁ	89	2	-144	40	72	-126	-196	-125	-77
MOSTEIRO	136	-6	-66	145	28	47	-129	-123	-59
OLEIROS	123	81	62	274	383	221	-266	-624	-581
ORVALHO	167	39	97	146	266	-88	-424	-87	-274
SARN. S. SIMÃO	62	-31	-39	210	115	28	-175	-141	-114
SOBRAL	95	-38	-32	168	-58	-31	-112	-116	-115
VILAR BARROCO	42	-24	57	134	64	-56	-126	-155	-116
CONC. OLEIROS	857	-83	-86	2129	1117	416	-2443	-2927	-2416

Fonte:
X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Quadro 11

Taxas de variação da população residente (1900/1991)

FREGUESIA	1900-1911	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991
ÁLVARO	-12,1	-3,6	-8,6	10,1	-3,5	-7,6	-14,6	-24,0	-37,9
AMEIRA	16,9	-10,3	14,4	4,1	-0,3	-4,3	-12,0	-39,0	-38,9
CAMBAS	18,6	1,4	0,5	34,4	7,8	13,8	-29,9	-40,0	-21,9
ESTREITO	7,8	-3,6	13,9	18,2	4,2	17,1	-8,6	-24,6	-25,9
ISNA	-4,1	10,7	-38,5	75,8	20,2	2,1	-13,7	-20,6	-19,4
MADERÁ	11,5	0,2	-16,6	5,5	9,4	-15,1	-27,6	-24,4	-19,8
MOSTEIRO	26,1	-0,9	-10,1	24,8	3,8	6,2	-16,0	-18,2	-10,7
OLEIROS	4,4	2,8	2,1	9,0	11,5	6,0	-6,8	-17,0	-19,1
ORVALHO	18,9	3,7	8,9	12,3	20,0	-5,5	-28,1	-8,0	-27,4
SARN. S. SIMÃO	12,1	-5,4	-7,2	41,5	16,1	3,4	-20,4	-20,6	-21,0
SOBRAL	16,3	-5,6	-5,0	27,7	-7,5	-4,3	-16,3	-20,2	-25,1
VILAR BARROCO	10,4	-5,4	13,5	28,0	10,4	-8,3	-20,3	-31,3	-34,1
CONC. OLEIROS	7,6	-0,7	-0,7	17,9	8,0	2,7	-15,7	-22,3	-23,7

Fonte:
X, XI, XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Quadro 12

Densidade populacional em 1991
(hab./Km²)

FREGUESIA	1991
ÁLVARO	13,9
AMIEIRA	8,3
CAMBAS	10,8
ESTREITO	17,5
ISNA	13,7
MADEIRÃ	15,3
MOSTEIRO	28,8
OLEIROS	20,6
ORVALHO	20,8
SARN. S. SIMÃO	15,0
SOBRAL	18,8
VILAR BARROCO	9,5
CONCELHO DE OLEIROS	16,7

Fontes:

Áreas

S.E.A.R.N., 1988

Notícia Explicativa da Carta Administrativa

Atlas do Ambiente

População Residente

XIII Recenseamento Geral da População

Quadro 13

Grupos funcionais para o concelho de Oleiros

GRUPOS FUNCIONAIS	1981	1991
0-14 ANOS	2014	1173
15-64 ANOS	6239	4564
65 E MAIS ANOS	1930	2030
TOTAL	10183	7767

Fonte: XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

Quadro 14

Índices-Resumo para o concelho de Oleiros

ÍNDICES-RESUMO	1981	1991
PERCENTAGEM DE "JOVENS"	19,78%	15,10%
PERCENTAGEM DE "ACTIVOS"	61,27%	58,76%
PERCENTAGEM DE "VELHOS"	18,95%	26,14%
RACIO "VELHOS" / "JOVENS"	95,83	173,06
RACIO DE DEPENDÊNCIA DOS "JOVENS"	32,28	25,70
RACIO DE DEPENDÊNCIA DOS "VELHOS"	30,93	44,48
RACIO DE DEPENDÊNCIA TOTAL	63,22	70,18

Fonte: XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

2. 3 - CONCLUSÕES

A população da sub-região do Pinhal Interior tem vindo a diminuir acentuadamente desde a década de cinquenta, sendo o número actual de habitantes muito inferior ao valor registado no princípio do século.

O Pinhal Interior Sul, que até 1960 teve taxas de **variação** da população superiores às do Pinhal Interior Norte, tem sofrido a perda de maiores percentagens da população desde essa altura.

A densidade populacional da sub-região do Pinhal Interior é muito baixa em comparação com a densidade média do Continente.

Esta diferença é mais acentuada no Pinhal Interior Sul, onde se registou em todos os recenseamentos uma densidade muito inferior à média do Continente. Por outro lado, o Pinhal Interior Norte teve até aos anos vinte uma densidade superior à média.

O concelho de Oleiros, após ter registado um período de crescimento entre 1930 e 1960, tem vindo a sofrer perdas importantes da população. Nos anos oitenta foi o concelho do Pinhal Interior que perdeu maior percentagem da população.

Este concelho caracteriza-se por ter uma baixa densidade populacional, tendo sido até 1960 o concelho do Pinhal Interior com menor densidade. Actualmente, é o concelho com a segunda menor densidade.

Entre 1981 e 1991, verificou-se em Oleiros um duplo envelhecimento da população, tendo ocorrido uma diminuição da

percentagem de jovens acompanhada por um aumento do número de idosos.

No mesmo período, registaram-se taxas de crescimento natural e migratório negativas sendo, no entanto, o decréscimo devido à componente migratória mais acentuado.

PARTE II

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DOS PLANOS ORIENTADORES DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Neste capítulo é analisado o modo como o problema do despovoamento é abordado no Programa Operacional para o Desenvolvimento da Sub-Região do Pinhal Interior e no Plano Director Municipal de Oleiros. A anteceder essa análise, é feita uma breve apresentação dos documentos.

Seguidamente, é examinado o papel que, segundo os dois planos, a floresta deverá desempenhar no desenvolvimento da sub-região e do concelho.

3. 1 - O PROBLEMA DO DESPOVOAMENTO NOS PLANOS ORIENTADORES DO DESENVOLVIMENTO

3. 1. 1 - O DESPOVOAMENTO NO PROGRAMA OPERACIONAL DO PINHAL INTERIOR

O Programa Operacional para o Desenvolvimento da Sub-Região do Pinhal Interior integrou o Quadro Comunitário de Apoio para Portugal para o período 1989-1993, enquadrando-se no Eixo Prioritário nº 6, "Desenvolvimento das Potencialidades de Crescimento das Regiões e Desenvolvimento Local" (D.G.D.R., 1989).

Na definição da estratégia do Programa Operacional, que abrangeu o período entre 1 de Março de 1990 e 31 de Dezembro de 1993, considera-se que é essencial intervir de acordo com os seguintes "eixos de desenvolvimento" (C.C.R.C., 1990):

"1. Melhoria da acessibilidade rodoviária intra e inter-regional, merecendo particular atenção, no aspecto intra-regional, a rede viária municipal e a sua articulação com a rede nacional e, no aspecto inter-regional, as ligações ao litoral e à fronteira, através da implementação dos troços dos IP 3 e IC 2, 3, 6, 7 e 8.

2. Expansão e modernização das infra-estruturas e serviços de telecomunicações.

3. Promoção e ajuda ao investimento produtivo, em

consonância com o processo de modernização e diversificação do mesmo, dando particular relevo ao aproveitamento e promoção dos recursos endógenos naturais (floresta, em especial), humanos e de capital.

4. Expansão e modernização do sector de serviços, em particular os que possam apoiar as unidades produtivas e os estratégicos, em termos de sector público - ensino, saúde e investigação.

5. Criar condições de emprego e capacidade de retenção da população activa e, simultaneamente, apoiar a reinserção de emigrantes (e migrantes) em fase de retorno.

6. Desenvolvimento do turismo, com a devida salvaguarda do património construído natural e cultural.

7. Desenvolvimento da "fileira madeira", aproveitando os recursos florestais actualmente existentes.

8. Desenvolvimento do sector florestal, através da sua valorização mais eficiente e da sua protecção."

Tendo em vista atingir estes objectivos, o Programa Operacional encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Sub-programa 1 - Infraestruturas

Medida A - Infraestruturas de transporte

Medida B - Infraestruturas de saneamento básico

Medida C - Infraestruturas de apoio à actividade industrial

Medida D - Infraestruturas de animação e turismo

Medida E - Recursos Hídricos

Medida F - Estudos de Ordenamento/ Ambiente

- Sub-programa 2 - Serviços de apoio à actividade produtiva e
ao desenvolvimento local
 - Medida A - Serviços de apoio à actividade produtiva
 - Medida B - Serviços de apoio ao desenvolvimento local
- Sub-programa 3 - Formação profissional
 - Medida A - Formação para o desenvolvimento
- Sub-programa 4 - Desenvolvimento rural
 - Medida A - Acções rurais piloto e valorização de produtos
agrícolas

O despovoamento é um dos problemas que se procura resolver ou atenuar com o Programa Operacional. O "eixo de desenvolvimento" nº 5 refere-se explicitamente a essa questão que se encontra presente quando são apresentados os vários sub-programas ou as respectivas medidas.

Assim, no Sub-Programa 1 ("Infraestruturas") são incluídas intervenções tendo em vista a criação de condições de fixação das populações locais.

Um dos objectivos da Medida C ("Infraestruturas de apoio à actividade industrial") é a criação de empregos para a população activa da região.

Fazem parte dos objectivos da Medida D ("Infraestruturas de animação e turismo") melhorar as condições de vida (particularmente dos jovens) e aumentar o grau de atracção da região, de modo a haver captação e fixação de quadros superiores.

Na descrição da Medida F ("Estudos de Ordenamento/

Ambiente”) são referidos os desequilíbrios que se verificam na distribuição espacial da população a nível inter e intra-regional, e um dos aspectos tidos em consideração na selecção das acções a desenvolver no âmbito desta medida é a criação de emprego.

Também as iniciativas enquadradas na Medida B (“Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Local”) do Sub-Programa 2 devem favorecer a fixação da população.

Um dos principais objectivos do Sub-Programa 3 (“Formação Profissional”) é a criação de oportunidades de emprego de forma a fixar a população. Na descrição e apresentação dos objectivos da sua única medida (“Formação para o Desenvolvimento”), considera-se que existem grandes carências em termos de emprego em várias zonas da Região Centro, que são responsáveis por pressões migratórias em locais que teriam condições para criar empregos, fixando a sua população.

Na apresentação do Sub-Programa 4 (“Desenvolvimento Rural”), são referidos os importantes fenómenos de êxodo rural que ocorreram na sub-região e que conduziram a desertificação humana. Um dos objectivos deste sub-programa é criar condições para a fixação das populações locais e dos migrantes que retornam, estando incluídas iniciativas que levem ao aumento do número de postos de trabalho.

3. 1. 2 - O DESPOVOAMENTO NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE OLEIROS

A questão do despovoamento é encarada no Plano Director Municipal de Oleiros como um aspecto preocupante.

É atribuída à fixação da população uma importância fundamental, sendo realçado que a desertificação humana torna inconsequente qualquer tentativa de desenvolvimento (C.M.O., 1993 b).

Considera-se que os principais factores que limitam o desenvolvimento de Oleiros são o decréscimo de recursos humanos, a acessibilidade ao concelho, a predominância de um sector primário de subsistência e a inexistência do sector secundário.

Os sucessivos decréscimos da população nas últimas décadas, que se reflectiram na reduzida quantidade de recursos humanos disponíveis e na sua baixa qualificação profissional, são considerados um aspecto que, desde logo, condiciona o desenvolvimento.

As deficientes condições de acesso ao concelho e entre os seus vários aglomerados populacionais são consideradas um segundo factor inibidor do desenvolvimento. Uma vez que originam um acréscimo dos custos de transporte de matérias primas e produtos, representam um aspecto que contribui para que não haja instalação dos agentes económicos.

O sector primário é o que tem maior expressão na actividade do concelho. No entanto, a agricultura praticada é de subsistência e não tem potencialidades para se tornar um factor de desenvolvimento. Por outro

lado, o sector florestal representa 70% do Produto Agrícola Bruto mas, uma vez que explora a monocultura de pinheiro bravo, está muito dependente do mercado de madeira dessa espécie e é muito vulnerável aos incêndios.

Regista-se, além disso, em resultado da falta de formação da maior parte dos proprietários florestais, uma tendência para o abandono da floresta, que tem como consequência o aumento dos riscos de incêndio. Por outro lado, o facto de os proprietários actuarem de forma isolada, não se associando, não lhes permite a obtenção de bons rendimentos.

Por sua vez, o sector secundário não tem expressão, existindo apenas algumas unidades industriais ligadas ao sector das madeiras e a pequenos estabelecimentos. Considera-se que Oleiros não tem grandes potencialidades a nível do sector industrial, cujo desenvolvimento será sempre limitado pelos factores já referidos.

Por outro lado, considera-se que o desenvolvimento de Oleiros deverá assentar na fixação da população, na melhoria da qualidade dos recursos humanos, no sector florestal e no sector dos serviços.

Para se conseguir a fixação da população, considera-se necessário melhorar as condições de vida, de forma a que a população jovem não abandone o concelho e incentivando o regresso dos que migraram para os grandes centros urbanos. Assim, teriam que ser desenvolvidas infraestruturas a nível da educação, cultura e desporto, e alguma actividade comercial.

Considera-se que é importante investir na formação e na melhoria da qualidade dos recursos humanos. A nível do sector primário

será necessário modificar as mentalidades, levando os agentes económicos a associar-se, de forma a defenderem melhor os seus interesses.

Deverá ser dada formação a jovens em aspectos relacionados com o potencial endógeno do concelho, de forma a poderem explorar novas oportunidades de negócio, o que contribuirá, também, para a sua fixação em Oleiros.

Considera-se, também, necessária a formação de recursos humanos na área dos serviços, para que possam ser desenvolvidas iniciativas de qualidade nesse sector.

No que se refere aos sectores tradicionais da economia, pensa-se que a actuação deverá assentar no melhoramento do produto florestal e da sua comercialização, e na exploração das potencialidades que existem a nível paisagístico e de recursos naturais, através do desenvolvimento de projectos ligados aos serviços.

Considera-se que, uma vez que o concelho não foi sujeito às pressões do crescimento urbano e industrial, a sua paisagem e recursos naturais se encontram preservados e que esse aspecto poderá constituir um factor de atracção através de actividades relacionadas com o turismo rural.

O sector secundário, por seu lado, é considerado um sector sem dimensão nem potencialidades suficientes para vir a ser um factor importante na dinamização do desenvolvimento de Oleiros.

No âmbito do Plano Director Municipal de Oleiros (C.M.O., 1993a) foi realizado um estudo prospectivo da evolução da população.

Pensa-se que deverá ocorrer, num futuro próximo, um aumento da capacidade de atracção do concelho à escala da sub-região, uma vez que poderá vir a beneficiar da localização de futuros investimentos e do crescimento da actividade económica noutras zonas (caso de Castelo Branco).

Esse facto poderá criar uma nova dinâmica demográfica mas esta não será, no entanto, suficiente para alterar o sentido da evolução da população a curto prazo. Entre 1981 e 1991, a taxa de crescimento anual médio manteve-se negativa e a capacidade de substituição das gerações não apresentou sinais de recuperação. Além das taxas de mortalidade se terem mantido com um valor bastante superior às taxas de natalidade, as taxas de fecundidade tendem a baixar, à semelhança do que acontece no conjunto do país.

Independentemente das alterações no volume total da população do concelho, espera-se que ocorra uma alteração do povoamento, com crescimento da população nalgumas freguesias e decréscimo noutras.

Assim, haverá uma progressiva concentração da população nos aglomerados com capacidade de atracção, acompanhada de diminuição dos centros de média dimensão, crescente dispersão do povoamento isolado e desertificação do território.

As prospectivas efectuadas tomaram em consideração, além das taxas de crescimento anual médio para cada freguesia e dos indicadores dos factores de evolução demográfica do concelho, as

expectativas de desenvolvimento de factores de atracção e de repulsão para cada freguesia. Foi assumido que continuará a ocorrer migração para os centros regionais e para o litoral, e que o retorno de emigrantes se manterá, mas tendendo para valores nulos a partir de 1996.

Foram efectuadas projecções da população de acordo com três cenários diferentes (C.M.O., 1993 a):

“Cenário 1 (pessimista): prevê-se a continuação das taxas de crescimento anual médio verificadas na década de 80’, onde o saldo fisiológico determinado pelas baixas taxas de natalidade e fecundidade continuará a constituir o motor da evolução da população, ou seja, não é de admitir o desenvolvimento de factores de atracção.

Cenário 2 (moderadamente pessimista): entra-se em linha de conta com o aumento das taxas de crescimento anual médio para padrões mais elevados, próximos da dinâmica registada pela evolução dos principais aglomerados da sub-região de inserção; portanto, admite-se um lento desenvolvimento de factores localizados de atracção, mas não em grau suficiente para contrabalançar o sentido ainda negativo do saldo fisiológico, embora se possa assistir a um pequeno aumento das taxas de natalidade.

Cenário 3 (moderadamente optimista): verifica-se um aumento das taxas de crescimento anual médio para níveis idênticos aos encontrados para os principais aglomerados, assistindo-se a uma pressão de factores localizados de atracção (nas freguesias da área de influência de Oleiros, ou das freguesias que possam beneficiar dos efeitos de desenvolvimento ao nível de zonas como Castelo Branco ou Sertã), altamente variável em função da hierarquia urbana proposta, mas neste

caso, o suficiente para contrabalançar um pouco a tendência ainda não estabilizada do saldo fisiológico, mas agora já com uma recuperação assinalável das taxas de natalidade.”

A projecção da população no ano 2001 seria cerca de 5900 habitantes no cenário 1 (correspondendo a uma taxa de variação de -22,8%), 6900 habitantes no cenário 2 (taxa de variação de -10,2%) e 8000 habitantes no cenário 3 (taxa de variação de 4,3%).

Destas prospectivas é extraída a conclusão de que a recuperação da população do concelho implica uma política de desenvolvimento local forte, que conduza à existência de um elevado nível de atracção e fixação da população.

Considera-se, ainda, que tal situação terá consequências ao nível da distribuição espacial da população, uma vez que haverá tendência para concentrar os investimentos.

Assim, prevê-se o declínio das freguesias que estão fora da área de influência dos aglomerados de Oleiros e Estreito e dos concelhos de Castelo Branco e Sertã - Álvaro, Amieira, Cambas e Vilar Barroco. Por outro lado, as freguesias de Madeirã, Mosteiro, Orvalho e Sarnadas de S.Simão poderão vir a ser beneficiadas, uma vez que se encontram na área de influência daqueles aglomerados.

É, ainda, salientado o facto de as prospectivas mostrarem a dependência em que a recuperação da população se encontra relativamente ao aparecimento de dinâmicas exógenas.

3. 2 - PAPEL ATRIBUÍDO À FLORESTA NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

3. 2. 1 - PAPEL ATRIBUÍDO À FLORESTA NO PROGRAMA OPERACIONAL DO PINHAL INTERIOR

No Programa Operacional do Pinhal Interior é dado relevo ao papel da floresta no desenvolvimento da sub-região.

De facto, na definição da estratégia de intervenção do Programa Operacional é preconizado o aproveitamento e a valorização dos recursos florestais a nível dos “eixos de desenvolvimento” nºs 3, 7 e 8. No eixo 8 indica-se que o desenvolvimento do sector florestal deverá ser feito através da sua valorização e protecção.

No sub-programa que está mais directamente relacionado com esta questão, “Desenvolvimento Rural”, é dado ênfase à valorização de produções de qualidade e à protecção do ambiente.

Os objectivos da única medida (“Acções rurais piloto e valorização de produtos agrícolas”) deste sub-programa são (C.C.R.C.,1990):

“- integrar nos processos de produção, distribuição e consumo certas camadas populacionais existentes em áreas rurais;

- contribuir para o acréscimo e diversificação das fontes de rendimento das comunidades rurais e das famílias, através de iniciativas

no domínio do turismo rural e do agro-turismo;

- revalorizar técnicas e práticas tradicionais;*
- valorizar produções de qualidade em meio rural;*
- proteger o meio ambiente;"*

A floresta é classificada como o recurso natural mais importante da zona, sendo referido que em consequência do êxodo rural se deu a sua destruição através dos incêndios, e o desaparecimento de produções tais como mel, medronho e frutos secos.

Finalmente, é de salientar que dos critérios de selecção das acções propostas no âmbito desta medida faz parte o respeito pelas condições edafo-climáticas locais.

3. 2. 2 - PAPEL ATRIBUÍDO À FLORESTA NO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE OLEIROS

Como já foi referido, segundo o Plano Director Municipal de Oleiros as principais potencialidades que podem contribuir para o desenvolvimento do concelho residem no sector florestal e no aproveitamento dos recursos naturais (C.M.O., 1993 b).

Considera-se, no entanto, que para o sector florestal poder vir a ser um factor dinamizador do desenvolvimento do concelho é necessário reformulá-lo, investindo noutra tipo de floresta.

Assim, terá que ser alterada a situação que se verifica actualmente em que a área florestal é quase exclusivamente constituída

por povoamentos de pinheiro bravo.

No âmbito do Plano Director Municipal “as preocupações em termos de planeamento biofísico prendem-se assim sobretudo com esta ocupação do solo e particularmente com a sua reconversão e adaptação a situações de melhor enquadramento produtivo e ecológico” (C.M.O., *op. cit.*).

Faz parte das propostas de ordenamento dos espaços florestais do concelho a implantação de folhosas de crescimento lento em áreas que têm actualmente uso agrícola marginal, ou uso florestal com espécies de rápido crescimento, visando a produção de madeiras nobres.

Propõe-se que as áreas com aptidão florestal não integradas na Reserva Ecológica Nacional, sejam dedicadas à produção de madeira e lenho, considerando-se desejável que ocorra, simultaneamente, um aumento da diversidade produtiva e ambiental. Este objectivo poderá ser alcançado através da implantação de folhosas autóctones, formando povoamentos mistos com espécies de rápido crescimento ou em povoamentos puros, tendo em vista a produção de madeiras nobres.

Nas áreas florestais de produção intensiva localizadas em zonas sensíveis pertencentes à Reserva Ecológica Nacional, propõe-se a reconversão dos povoamentos puros de espécies de crescimento rápido através da implantação de espécies autóctones. Como resultado, o valor ecológico dessas áreas aumentaria, além de serem produzidas madeiras de maior valor.

Em zonas muito sensíveis, as áreas de exploração intensiva seriam transformadas em povoamentos mistos de resinosas tradicionais e espécies autóctones, em que estas predominariam, “no sentido dum

aumento do valor ecológico dessas áreas e maior valorização ambiental" (C.M.O., 1993 b).

Por outro lado, é proposta a preservação de povoamentos florestais considerados de alto valor ecológico ou paisagístico, tais como os raros sobreirais e os pequenos povoamentos de castanheiro e cerejeira brava que existem no concelho. Os objectivos são "uso florestal extensivo com vista à promoção e ou preservação dos valores naturais da paisagem, controlo da erosão, estabilidade e diversidade ecológica. Devem ser preservadas e potenciadas as características e possibilidades de revitalização biofísica, com vista ao equilíbrio e à diversidade paisagística e ambiental. Neste contexto são permitidas acções que visem acelerar a evolução das sucessões naturais, de modo a maximizar o seu valor ecológico, biológico e paisagístico" (C.M.O., *op. cit.*).

São também apresentadas propostas de ordenamento de "Espaços Naturais". Nas propostas salienta-se o papel que áreas muito sensíveis do ponto de vista ambiental podem desempenhar na protecção da vida selvagem (incluindo a fauna cinegética), no desenvolvimento de espécies florísticas autóctones, na preservação do recurso água e na defesa dos usos agro-silvo-pastoris e turístico-recreativos.

Nestas "áreas de salvaguarda biofísica" é privilegiada a "protecção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos" (C.M.O., 1993 b), sendo proposta a implantação de várias espécies florestais de crescimento lento.

No Plano Director Municipal refere-se que, além do pinheiro bravo, muitas espécies podem ser utilizadas na florestação do concelho, indicando-se, entre outras, o castanheiro, o sobreiro, a cerejeira brava, a

nogueira e várias espécies de carvalhos.

Considera-se que a diversificação resultante da implantação de outras espécies florestais conduzirá a situações com grande interesse produtivo e um elevado valor ambiental e paisagístico.

É proposta a reconversão de algumas áreas do concelho através de reintrodução do sobreiro, visando a exploração da cortiça associada ao aproveitamento de pastagens para gado caprino. O sobreiro teria também uma função de protecção, uma vez que é uma espécie que apresenta resistência ao fogo.

Uma das razões apontadas para esta proposta é o facto dos montados de sobreiro constituírem formações com alto valor ecológico e paisagístico.

Entre outros objectivos, pretende-se que ocorra o desenvolvimento da indústria da cortiça e da caprinicultura, tendo em vista a dinamização da economia do concelho e a criação de emprego, contribuindo para a fixação da população.

Outras espécies a incrementar seriam o castanheiro e a cerejeira brava. É referido o facto de o concelho apresentar grande potencial para a expansão do castanheiro e de se tratar de uma espécie com variadas utilizações e cuja madeira é bastante procurada. Em relação à cerejeira brava é apontado o facto de a sua madeira ser de grande qualidade.

São, por fim, mencionadas algumas actividades ligadas ao sector florestal que apresentam grandes potencialidades no concelho.

Assim, considera-se que deverá ser fomentado o desenvolvimento da produção de caprinos, da apicultura e da produção de

aguardente de medronho, e a introdução da cultura da aveleira.

É de salientar, que o sector dos serviços ligado ao aproveitamento dos recursos naturais e paisagísticos (a outra área, além do sector florestal, apontada como tendo possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do concelho) está relacionado com a floresta e beneficiará, também, com a reconversão preconizada no Plano Director Municipal.

3. 3 - CONCLUSÕES

O despovoamento é encarado como um dos principais problemas a resolver, tanto a nível do Programa Operacional como do Plano Director Municipal de Oleiros, encontrando-se por detrás de todas as medidas propostas a preocupação de fixar a população.

No Plano Director Municipal de Oleiros considera-se que é no sector florestal e no sector dos serviços que se situam as potencialidades de desenvolvimento do concelho.

Verifica-se que existe uma convergência entre o Programa Operacional e o Plano Director Municipal na maneira de encarar a floresta e a sua utilização.

Em ambos os planos se realça a necessidade da sua valorização, dando-se ênfase aos aspectos ambientais e aos produtos de qualidade, o que implica a existência de uma floresta de uso múltiplo que contrasta com a situação que existe actualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos dos problemas que restringem o desenvolvimento da "Zona do Pinhal", e particularmente do concelho de Oleiros, já eram referidos em trabalhos dos anos cinquenta (Lobo e Pires, 1957).

No entanto, atendendo à intensidade do fenómeno de desertificação que se verifica actualmente, a situação está a tornar-se crítica, requerendo a adopção de medidas que invertam essa tendência.

Quando se consideram os problemas que afectam a "Zona do Pinhal", um dos aspectos que sobressai é o facto de se tratar de uma região que se encontra sub-aproveitada.

De facto, o seu recurso natural mais importante, a floresta, foi submetido a um processo de uniformização que o empobreceu, através da implantação de uma cobertura florestal monótona, baseada em povoamentos de pinheiro bravo.

Nos planos para a revitalização da região, e em particular no caso do concelho de Oleiros, considera-se que a floresta tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento, pretendendo-se que ocorra a sua recuperação.

Nestes planos, é adoptada uma perspectiva que tem em consideração os benefícios a nível económico, ambiental e estético que resultam da existência de uma floresta diversificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS, 1993 a - *Plano Director Municipal de Oleiros. Estudos de Caracterização. Vol II.*
- CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS, 1993 b - *Plano Director Municipal de Oleiros. Relatório.*
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO, 1986 - *Programa de Desenvolvimento da Região Centro. Vol. III. Coimbra.*
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO, 1990 - *Programa Operacional do Pinhal Interior. Ministério do Planeamento e Administração do Território. Coimbra*
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO, 1992 - *Estudo da Floresta da Região Centro. Proposta para o Seu Ordenamento. Concelho de Oleiros. Coimbra.*
- COMISSÃO NACIONAL DO AMBIENTE, 1982 a - *Carta Hipsométrica. Atlas do Ambiente. Secretaria de Estado do Ambiente. Lisboa.*
- COMISSÃO NACIONAL DO AMBIENTE, 1982 b - *Carta de Capacidade de Uso do Solo. Atlas do Ambiente. Secretaria de Estado do Ambiente. Lisboa.*
- DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS NATURAIS, 1987 - *Carta de Declives. Atlas do Ambiente. Secretaria de Estado do Ambiente. Lisboa.*
- DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS NATURAIS, 1989 - *Carta da Hidrografia Continental. Atlas do Ambiente. Secretaria de Estado do Ambiente. Lisboa.*

DIRECÇÃO GERAL DAS FLORESTAS, 1988 - *Inventário Florestal Nacional. Primeira Revisão do I.F.N. - NUTS*. Lisboa.

DIRECÇÃO - GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1989 - *Quadro Comunitário de Apoio do Plano de Desenvolvimento Regional 1989 - 1993*. Ministério do Planeamento e Administração do Território. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1964 - *X Recenseamento Geral da População 1960*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1978 - *11º Recenseamento Geral da População 1970*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1983 - *XII Recenseamento Geral da População 1981*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1984 - *Estatísticas Demográficas 1980-1982. Continente, Açores e Madeira*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1985 a - *Estatísticas Demográficas 1983. Continente, Açores e Madeira*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1985 b - *Estatísticas Demográficas 1984. Continente, Açores e Madeira*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1986 - *Estatísticas Demográficas 1985. Continente, Açores e Madeira*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1987 - *Estatísticas Demográficas 1986. Continente, Açores e Madeira*. I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1988 - *Estatísticas Demográficas 1987. Continente, Açores e Madeira.* I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1989 - *Estatísticas Demográficas 1988. Continente, Açores e Madeira.* I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1990 - *Estatísticas Demográficas 1989. Continente, Açores e Madeira.* I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1992 - *Estatísticas Demográficas 1991. Continente, Açores e Madeira.* I.N.E.. Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1993 - *XIII Recenseamento Geral da População 1991.* I.N.E.. Lisboa.

LOBO, J. M. P.; PIRES, A. L., 1957 - *Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Oleiros.* Plano de Fomento Agrário.

PINTO, A. L. B., 1989 - *Pinhal. Corografia. Elementos Para Um Estudo.* Comissão de Coordenação da Região Centro. Coimbra.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, 1988 - *Notícia Explicativa da Carta Administrativa.* Atlas do Ambiente. Lisboa

VIEIRA, J. A. N., 1991 - *Arborização e desarborização em Portugal.* D.G.F. Informação 8: 9-15

